

# Sumário

<b>Capítulo 1 – Noções básicas do Direito Processual .....</b>	<b>1</b>
1.1. Conceito, autonomia e instrumentalidade.....	1
1.2. Relações do Direito Processual com outros ramos do Direito .....	2
1.3. A teoria geral do processo, o direito processual civil, penal e do trabalho.....	4
1.4. Leis processuais e sua natureza. As fontes do direito processual.....	6
1.5. Leis processuais no espaço e no tempo. A lei nova e o princípio constitucional do devido processo legal .....	9
1.5.1. Normas processuais no espaço .....	9
1.5.2. Normas processuais no tempo. A lei nova e o princípio do devido processo legal .....	11
1.6. Princípios do Direito Processual .....	15
1.6.1. Princípio do devido processo legal e da inafastabilidade da prestação jurisdicional (acesso à Justiça). ..	15
1.6.1.1. A evolução dos princípios do devido processo legal e da inafastabilidade da prestação jurisdicional no cenário internacional. ..	15
1.6.1.2. A introdução e o desenvolvimento do princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional no direito constitucional brasileiro. ..	17
1.6.1.3. O direito constitucional de ação e a casuística atual.....	19
1.6.2. Princípio do juiz natural .....	22
1.6.3. Princípio da imparcialidade do órgão julgador .....	23
1.6.4. Princípios da demanda ou da inércia do Poder Judiciário e do impulso oficial .....	25
1.6.5. Princípio da igualdade ou isonomia entre as partes. ..	26
1.6.6. Princípio do contraditório e da ampla defesa.....	27
1.6.7. Princípio da publicidade .....	28

1.6.8. Princípio da motivação ou fundamentação das decisões judiciais.....	31
1.6.9. Princípio do livre convencimento motivado ou da persuasão racional do juiz em termos de valoração das provas.....	32
1.6.10. Princípio da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos .....	33
1.6.11. Princípio da lealdade ou da boa-fé processual.....	34
1.6.12. Princípio da economia processual ou da instrumentalidade das formas.....	35
<b>Capítulo 2 – Jurisdição .....</b>	<b>37</b>
2.1. Conceito, caráter substitutivo e finalidades.....	37
2.2. Características da jurisdição: substitutividade, lide, inércia e definitividade .....	38
2.2.1. Substitutividade .....	38
2.2.2. Lide.....	39
2.2.3. Inércia .....	41
2.2.4. Definitividade .....	42
2.3. Distinção entre jurisdição, legislação e administração....	43
2.4. Princípios inerentes à jurisdição.....	46
2.5. Poderes inerentes à jurisdição .....	48
2.6. Espécies de jurisdição .....	49
2.6.1. Jurisdição em sentido estrito, litigiosa ou contenciosa e ‘jurisdição voluntária ou graciosa’ .....	50
2.6.2. Jurisdição penal, cível e constitucional.....	52
2.6.3. Jurisdição comum e especial .....	52
2.6.4. Jurisdição inferior e superior .....	53
2.6.5. Jurisdição de direito e de equidade .....	55
2.7. Meios alternativos (ou adequados) de solução de conflitos (MASC) ou alternative dispute resolution (ADR) .....	57
2.7.1. Recapitulando as noções de autotutela, autocomposição e heterocomposição.....	57
2.7.2. As ondas renovatórias de Mauro Cappelletti.....	57
2.7.3. Negociação, mediação, conciliação e arbitragem ..	58
<b>Capítulo 3 – Ação .....</b>	<b>61</b>
3.1. Conceito e natureza jurídica do direito de ação.....	61



4.3.2.2.3. Capacidade postulatória .....	99
4.3.2.3. Demanda regularmente proposta .....	99
4.3.2.4. Ausência de coisa julgada, litispendência ou convenção de arbitragem .....	100
4.4. Classificações dos pressupostos processuais .....	102
4.5. Consequências da falta dos pressupostos de existência e validade do processo .....	102
4.6. Processo e procedimento .....	103
<b>Capítulo 5 – Procedimentos no Processo Civil, Penal e Tra-</b> <b>balhista</b> .....	105
5.1. Noções gerais .....	105
5.2. Procedimentos no processo civil .....	106
5.2.1. Procedimento comum .....	107
5.2.1.1. Procedimento ordinário .....	108
5.2.1.2. Procedimento sumário .....	110
5.2.2. Procedimentos especiais .....	112
5.2.2.1. Procedimento (sumaríssimo) nos Juizados Especiais Cíveis .....	113
5.3. Procedimentos no processo penal .....	115
5.3.1. Procedimento comum .....	116
5.3.1.1. Procedimento ordinário: para crimes, pu- nidos com sanção máxima igual ou supe- rior a quatro anos de pena privativa da li- berdade, julgados por juiz singular .....	117
5.3.1.2. Procedimento sumário: para crimes puni- dos com sanção máxima inferior a quatro anos de privação da liberdade .....	118
5.3.1.3. Procedimento sumaríssimo dos Juizados Especiais Criminais .....	120
5.3.2. Procedimentos especiais .....	121
5.3.2.1. Procedimento para os crimes perante o Tribunal do Júri .....	122
5.4. Procedimentos no processo do trabalho .....	124
5.5. A informatização do processo judicial e o processo ele- trônico .....	125

<b>Capítulo 6 – Poder Judiciário</b> .....	127
6.1. Antecedentes históricos .....	127
6.1.1. O Brasil colônia .....	127
6.1.2. A independência em 1822 e a Constituição Imperial de 1824 .....	129
6.1.3. A proclamação da República em 1889 e a Constituição de 1891.....	129
6.1.4. A revolução de 1930 e as Constituições de 1934 e 1937 .....	130
6.1.5. A redemocratização e a Constituição de 1946.....	132
6.1.6. O regime militar de 1964, a Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional de 1969 .....	133
6.2. O Poder Judiciário na Constituição da República de 1988 .	135
6.3. A base legal infraconstitucional do Poder Judiciário .....	137
6.4. A estrutura do Poder Judiciário.....	138
6.4.1. Supremo Tribunal Federal .....	139
6.4.2. Superior Tribunal de Justiça .....	141
6.4.3. Justiças Especializadas .....	143
6.4.3.1. Justiça do Trabalho.....	143
6.4.3.2. Justiça Eleitoral.....	145
6.4.3.3. Justiça Militar .....	146
6.4.4. Justiça Comum.....	147
6.4.4.1. Justiça Federal .....	148
6.4.4.2. Justiça dos Estados.....	151
6.4.5. Conselho Nacional de Justiça .....	152
<b>Capítulo 7 – Competência</b> .....	155
7.1. Generalidades.....	155
7.2. Critérios de determinação.....	157
7.3. Modo ou iter para a definição da competência .....	161
7.4. Competência concorrente, exclusiva, relativa e absoluta .	165
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	169